
NOTAS CRÍTICAS SOBRE UMA TRAJETÓRIA ADVERSA: UMA VIAGEM DE TURIM A AUSCHWITZ

Lucas Amaral de Oliveira¹

Resumo: Neste ensaio, concedo espaço à escrita autobiográfica do literato e químico italiano Primo Levi, seguindo seu testemunho em uma reconstituição cronológica que ele próprio sugere: a trajetória intelectual na juventude, as leis raciais do governo de Mussolini, a rápida participação na resistência italiana, o fenômeno da deportação, alguns aspectos de sua degradante viagem até Auschwitz e o período inicial da experiência de *Häftling*. Gostaria de adjudicar inteligibilidade a esse repertório temático, lendo-o como texto vivo, como “documento da barbárie”, e tendo como suporte algumas questões: de que forma Levi constrói um testemunho histórico e literário coerente sobre uma violência inaudita se a esse discurso contrapõe-se seu inverso inevitável, o trauma? Como apelar à reflexão e à seriedade éticas quando os problemas de uma experiência traumática invadem a narração?

Palavras-Chave: Primo Levi; testemunho; experiência traumática; *Lager*.

CRITICAL NOTES ABOUT AN ADVERSE TRAJECTORY: A TRAVEL FROM TURIN TO AUSCHWITZ

Abstract: In this essay, I give space to the autobiographical writing from the Italian author and chemist Primo Levi, following his testimony in a chronological reconstitution that he himself suggested: the beginning of his intellectual trajectory while in his youth, the so-called “racial laws” from Mussolini’s regime, his short participation in the Italian resistance movement, the phenomenon of deportation, some aspects of his degrading travel to Auschwitz and the initial moment of his experience as *Häftling*. I would like to award intelligibility to this thematic repertoire, reading it as a living text, as a “document of barbarism”, having the following issues as a basis: How come can Levi build a coherent historical and literary testimony about an unheard-of violence when its own inevitable inverse, namely trauma, contrasts such a discourse? How to appeal to ethical reflection and commitment when the problems of a traumatic experience invade the act of narrating?

Keywords: Primo Levi; testimony; traumatic experience; *Lager*.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (PPGS/USP), membro da Comissão Editorial da *Revista Plural* e editor regional da newsletter *Global Dialogue* - International Sociological Association (ISA).E-mail: lucas_amaral_oliveira@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO: SOBRE O RECORTE CRONOLÓGICO E TEMÁTICO

O consagrado escritor Ítalo Calvino, em resenha datada de 1948² a *Se questo è un uomo*, obra inaugural do autor também italiano Primo Levi, demonstra com eloquência que uma miríade de questões foi enfrentada pelo químico judeu de Turim em seus textos literários, em especial naqueles de maior teor testemunhal. Contudo, entre tantos assuntos abordados em sua narrativa memorialista, que para ele constituía uma espécie de “serviço público que deve funcionar” para, então, atingir o “tribunal dos leitores” (Levi, 1997, p.40), gostaria de me focar aqui em dois pontos específicos – mesmo correndo o risco de, reunindo um espaço de tempo razoavelmente grande sob a mesma etiqueta, pecar por reducionismo temático ou arbitrariedade epistemológica –, a fim de sistematizar de forma mais coerente as idéias que gostaria de expor a seguir. Trata-se de um corte metodológico, portanto.

O percurso que gostaria de trabalhar aqui vai desde seu relato esparsos sobre a vida pré-*Lager*, quer dizer, desde os anos de sua formação cultural e política na Itália, até a experiência traumática inicial em Auschwitz. Com isso, quero dar espaço à fala do autor e seguir seu testemunho mediante uma reconstituição linear e, até certo ponto, cronológica: a trajetória intelectual na juventude, as leis raciais do governo fascista de Benito Mussolini, a rápida participação na resistência italiana, o fenômeno da deportação – incluindo sua passagem pelo “campo de triagem” em Fòssoli, na província de Módena –, alguns aspectos de sua degradante viagem de trem até Auschwitz e os momentos iniciais da experiência de *Häftling* propriamente dita. É a partir deste último momento que Levi inicia uma leitura bastante particular do universo concentracionário, que combina elementos descritivos, juízos analíticos, recursos memorialísticos e dados históricos. Seu foco narrativo parte de aspectos importantes da estrutura geográfica, social e política do campo, chegando a análises mais idiossincráticas da lógica nazista de segregação, sofrimento e morte.

São esses os pontos que pretendo explicitar, abordando concomitantemente o sujeito concreto biografado e o texto por ele produzido, a fim de mostrar o que essa testemunha exemplar do *Vernichtungslager*, do campo de extermínio nazista de Auschwitz, tem a nos dizer. Não se trata de encerrar o repertório de conteúdos de seu testemunho literário, de modo a simplificá-lo como mais um arquivo histórico dentre tantos, mas de adjudicar inteligibilidade a esse repertório, lendo-o como texto vivo, como documento de cultura que é, ao mesmo tempo, documento da barbárie. Isso significa que o esquema sugerido tem em vista apenas reunir em um corpo temático mais ou menos estruturado problemas importantes e elementares enfrentados por Levi, cujo mais evidente, pelo menos no recorte temporal e temático em questão, é: como se pode construir um testemunho histórico e literário coerente sobre uma violência inaudita se a esse discurso contrapõe-se seu inverso inevitável, o trauma? Dizendo de outra forma, como apelar à reflexão e à seriedade éticas quando os problemas de uma experiência traumática invadem a narração?

² Trata-se do belo e breve texto *Un libro sui campi della morte: “Se questo è un uomo”*, publicado originalmente no jornal *L’Unità*, de Turim, no dia 6 de maio de 1948, e reproduzido na obra, organizada pelo biógrafo de Levi e crítico literário italiano Ernesto Ferrero (1997), *Primo Levi: un’antologia dalla critica* – mais especificamente nas páginas 306 e 307.

2. OS ANOS DE FORMAÇÃO NA ITÁLIA E A PRISÃO NO CAMPO DI FÒSSOLI

Primo Levi, italiano, judeu, químico, intelectual, escritor e sobrevivente, marcado pela lancinante experiência de prisioneiro do *Lager* de Auschwitz-Monowitz, nasceu em Turim, em 31 de julho de 1919, filho primogênito de uma pequena burguesia judaica piemontesa. Excetuando os meses que passou trabalhando em Milão, quando ainda recém-formado em química, o curto e atípico período na resistência no norte da Itália e o ano confinado em Auschwitz, sempre viveu na tranqüila e bela residência no Corso Re Umberto, número 75, em uma grande avenida que corta o elegante bairro de Crocetta, em Turim.

Seus antepassados eram judeus provenientes da Espanha e do sudeste francês, da região de Provença. Seu pai, Cesare Levi, nascido em 1878, engenheiro elétrico, depois de passar algumas temporadas de trabalho no estrangeiro (sobretudo Bélgica, Hungria e França), casou-se em 1918 com Ester Luzzati, bem mais jovem que o marido – nascida no ano de 1895. Judeus ecléticos culturalmente, ambos eram amantes da música e dos livros, e nesse meio educaram o filho mais velho. Em 1921, nasceu a irmã Anna Maria – a quem Levi estará sempre ligado por um laço afetivo intenso e que será importante em sua formação e referência constante em suas memórias. Em 1934, se inscreveu para o “Ginnasio-Liceo Classico Statale Massimo D’Azeglio”, célebre instituto da cidade de Turim, considerado um dos melhores e mais prestigiados da região do Piemonte – e cujo quadro docente era repleto de nomes progressistas de peso, como Massimo Mila, Umberto Cosmo, Augusto Monti, Franco Antonicelli, Zino Zini e Norberto Bobbio. Aliás, nessa famosa escola da Via Parini, Primo Levi teve como professor de italiano, durante alguns meses, o reconhecido escritor Cesare Pavese.

Durante seus anos escolares no liceu, Primo Levi – garoto tímido porém muitíssimo aplicado –, aproveitou-se de uma profunda formação acadêmica clássica e humanística, assimilando autores italianos de estirpe, como Dante, Ariosto, Parini, Leopardi e Manzoni, que lhe servirão como influência estética e de conduta na vida.

Seja como for, o fato ‘que eu li muito, sobretudo nos anos escolares, que, em minhas lembranças, aparecem estranhamente longos, como se o tempo de então tivesse sido esticado como elástico até o ponto de duplicar-se, de triplicar-se. [...] Eu li muito porque pertenço a uma família em que ler é um vício inocente e tradicional, um hábito gratificante, uma ginástica mental, um modo obrigatório e compulsivo de preencher os vazios do tempo e uma espécie de *fata Morgana* em direção à sabedoria. Meu pai estava sempre lendo três livros ao mesmo tempo; lia “estando em casa, andando pela rua, deitando-se e levantando-se” (Deut. 6.7); sempre pedia ao alfaiate que lhe fizesse casacos com bolsos bem grandes e profundos que pudessem conter um livro em cada um (Levi, 2004b, p.24).

Segundo um de seus críticos mais argutos, Ernesto Ferrero (2007), essa formação clássica foi talvez uma das grandes responsáveis, no futuro pós-Auschwitz, pelo estilo literário peculiar de Levi: uma mistura de harmonia e erudição, proveniente dos clássicos, precisão e clareza, frutos de seus anos profissionais no laboratório químico, e as características oriun-

das da experiência concentracionária, como o cuidado com as palavras, a curiosidade e busca por compreensão, a objetividade dos enunciados e o atilado balanço entre “o absolutamente necessário e o supérfluo” – que era como o próprio Levi (1997, p.200) definia seu estilo.

Ao fim do liceu, inscreveu-se no curso de química da Faculdade de Ciências da prestigiada Universidade de Turim em 1937. Porém, já no ano seguinte, o governo fascista de Benito Mussolini, seguindo o exemplo hitlerista das “Leis de Nuremberg”, impôs leis raciais que, progressivamente, foram transformando os judeus italianos em estrangeiros, vetando-os de frequentar certos locais – leis essas que foram, na verdade, determinações governamentais que impediram o acesso de alguns grupos sociais a muitos aspectos da vida nacional, criando, dentro mesmo da estrutura legal do Estado, uma classe de não-cidadãos. O judeu, como povo, tornou-se o inimigo da sociedade e do Estado por excelência. Mesmo as leis raciais fascistas proibindo o ingresso de italianos judeus à universidade pública, aqueles que já estavam inscritos em seus quadros conseguiram prosseguir em seus estudos. Assim, em 1941, Primo Levi diplomou-se com distinção em química, embora seu diploma já mencionasse o infame registro: “de raça judia”.

Enquanto seu pai vivia seus últimos e sofridos meses prostrado por um câncer maligno, o jovem e assimilado judeu Primo Levi, já como químico de formação, andava em busca de emprego em sua cidade de origem, mas sem êxito algum: não conseguia sequer uma ocupação remunerada na área de sua titulação acadêmica. Foi-lhe negada, inclusive, uma posição de assistente na universidade que lhe concedera o diploma. Ele se referiu particularmente às consequências dessa condição em sua interessante obra *Il sistema periodico* da seguinte forma:

Tinha numa gaveta um diploma finalmente ornado, no qual estava escrito em caracteres elegantes que a Primo Levi, de raça judia, se conferia a licenciatura em Química com nota máxima e louvor: era, pois, um documento ambíguo, uma metade glória, a outra escárnio, uma metade absolvição, a outra condenação. Estava naquela gaveta desde julho de 1941 e novembro já havia terminado [...]. E o mundo precipitava-se na catástrofe (Levi, 2001, p.67).

Com a enfermidade avançada do pai, a família em dificuldades financeiras e os obstáculos impostos aos jovens judeus italianos à tarefa, já difícil, de encontrar trabalho regulamentar, Primo Levi viveu de um emprego temporal e semi-clandestino em Valli di Lanzo, na província de Turim, em um laboratório químico de uma mina de amianto. No mesmo ano, em 1941, morreu o pai, o que fez com que o químico se transferisse para a cidade de Milão para trabalhar em uma fábrica suíça de medicamentos, *Wander*. Essas experiências iniciais no mundo profissional, bem como a futura obsessão pelo “sentido humano do trabalho como químico”, Primo Levi também narrou em *Il sistema periodico*.

Essa é uma época em que Levi se pôs em contato com textos fundamentais e que, no futuro, irão marcar fortemente seu estilo literário, segundo outro crítico atencioso, Marco Belpoliti (2010). Aliás, é aqui que ele iniciou a leitura mais sistemática das obras de Hermann Melville e Aldous Huxley e se aproximou de distintas figuras da literatura ficcional e científica mundial, como Homero, Rabelais, Tolstoi, Sterne, Conrad e Darwin. Tratou-se de um percurso bastante acidentado e diluído, é certo, mas que fora importante para os dois

ofícios que, depois da Guerra, Levi afirmava possuir, o de químico e o de escritor – e que será reconstruído em sua antologia pessoal, *La ricerca delle radici*, onde expõe de forma coerente e heterogênea os autores que mais influenciaram em sua formação como indivíduo, confirmando, assim, o caráter enciclopédico, lúcido e curioso de sua narrativa, uma confluência de interesses científicos, éticos e humanísticos³, e que têm como pólos o fantástico *Livro de Jó* e as páginas sofridas de Celan e Langbein.

Das leis raciais, ou melhor, da revolta que brotou desse sentimento de se ter tornado *persona non grata* no próprio país, e da experiência laboral e cultural em Milão, Levi iniciou um percurso de tomada de consciência ideológica. Talvez seja esse o nó biográfico de sua trajetória a partir do qual podemos iniciar outro momento da nossa reflexão. Porque foi em 1942, durante sua curta estadia na grande cidade de Milão, já após a morte do pai, que ele se colocou em contato com outros jovens italianos, judeus e não-judeus, mais diretamente envolvidos com a realidade do país; com eles, principiou uma rápida maturação política, o que o aproximou em alguma medida de alguns expoentes da militância antifascista européia. Em 1943, com a prisão de Mussolini e a proximidade real da Guerra, ele consolidou certa frequência e engajamento nas reuniões do clandestino *Partito d’Azione* e, logo depois disso, com a divisão do grupo, inseriu-se na rede de contatos de “partigiani” (grande movimento italiano de resistência armada) que atuavam no Vale de Aosta⁴.

Entretanto, em dezembro de 1943, as milícias fascistas prenderam-no junto a outros companheiros nas imediações de Brusson. Depois de semanas confinado, foi conduzido ao “campo de triagem” de Fòssoli-Carpi, em Módena. Em suas palavras:

Fui detido pela Milícia fascista no dia 13 de dezembro de 1943. Eu tinha vinte e quatro anos, pouco juízo, nenhuma experiência e uma forte propensão, favorecida pelo regime de segregação ao qual as leis contra os judeus haviam me obrigado durante os últimos quatro anos, a viver em um mundo só meu, um tanto apartado da realidade, povoado de racionais fantasmas cartesianos, de sinceras amizades masculinas e minguadas amizades femininas. Cultivava um moderado e abstrato espírito de rebelião (Levi, 1988, p.11).

Nos interrogatórios que se seguiram à sua prisão, ainda no extremo norte da Itália, no quartel da milícia, Levi preferiu declarar-se na condição de “cidadão italiano de raça judia”,

³ Ele acreditava não haver diferença entre as duas culturas que o norteavam: “Eu vivi na fábrica por quase trinta anos, e devo admitir que não há contradição alguma entre ser um químico e ser um escritor: há sim um recíproco reforço” (Levi, 1997, p.88). Em outro momento, em entrevista concedida a Edoardo Fadini, diz: “Eu sou um anfíbio, um centauro (eu até mesmo escrevi contos sobre centauros). E me parece que a ambiguidade da ficção científica reflita meu destino atual [1966]. Estou dividido em duas metades: uma é aquela da fábrica, onde sou um técnico, um químico. A outra, pelo contrário, está totalmente destacada dessa primeira, e é por intermédio dela que eu escrevo, respondo às entrevistas, trabalho minhas experiências passadas e presentes. São de fato dois meios cérebros. Trata-se, até, de uma cisão paranóica” (ibidem, 107). Calvino (1981), por sua vez, em *Le quattro strade di Primo Levi*, afirma que a principal qualidade literária do escritor de Turim é a de estabelecer relações entre influências heterogêneas e, mesmo assim, manter a escrita fluída, fazendo convergirem formação científica, sensibilidade literária, imaginação e substância moral.

⁴ Um detalhamento mais aprofundado sobre esse período-chave e, também, sobre os anos de formação intelectual, política e cultural de Levi, pode ser encontrado em duas interessantes biografias escritas por Myriam Anissimov (1999) e Carole Angier (2002).

imaginando que, de outro modo, corria o sério risco de ser fuzilado por envolvimento direto na luta armada: “eu não poderia justificar minha presença naquele fim de mundo, retirado demais para quem simplesmente quisesse evitar os bombardeios das grandes cidades”, lembra o autor (ibidem, p.12). Então, como judeu, foi enviado a Fòssoli, um grande campo de concentração antes destinado a prisioneiros de guerra ingleses e americanos, e que agora acolhia as várias categorias de pessoas não gratas ao governo. E aqui se inicia outra etapa de sua trajetória, uma viagem infernal que durará cerca de vinte meses.

Depois de quase cinco meses ali em Fòssoli, mais especificamente na manhã do dia 21 de fevereiro de 1944, Primo Levi descobriu que, no dia seguinte, os judeus encarcerados ali no campo de triagem – inclusive mulheres, crianças, idosos e doentes – seriam todos transferidos para uma outra localidade, ainda desconhecida entre eles. O medo os assombrou aquela noite toda, obviamente; afinal, como poderia dormir tranquilo um ser humano já fragilizado e que sentia a morte iminente? E como poderia fechar os olhos uma mãe cujo filho tremia de pavor, frio e incerteza?

Logo o dia seguinte chegou e, com a precisão violenta e brusca que será tão comum depois ao campo de extermínio, fez-se a chamada para a saída. Ao final, “*Wieviel Stuck?*”, perguntou o sargento; o cabo, batendo continência, respondeu que as ‘peças’ eram seiscentas e cinqüenta” (ibidem, p.14). Foram levados então do quartel para a estação de trem de Carpi. Lá na estação, o trem já os esperava, e, com ele, também as primeiras pancadas e xingamentos – executados quase que burocraticamente em uma língua incompreensível ainda – vieram dar as boas vindas àquele povo de párias cujo destino era o pior imaginável: os golpes foram tão novos e absurdos, afirma com espanto Levi (ibidem, p.15) em passagem interrogativa, que nem chegaram a sentir dor, “nem no corpo nem na alma. Apenas um profundo assombro: como é que, sem raiva, pode-se bater numa criatura humana?”.

Além dos socos, era constante também o conselho hipócrita – na verdade, Levi se refere a ordens propriamente ditas – de que os judeus deviam embarcar com todos os bens que possuíam ali, inclusive peças de ouro, jóias, dinheiro, casacos e, em alguns casos, animais de pequeno porte. “É tudo coisa que poderá servir a vocês” – diziam os oficiais com ar cúmplice. Mas, de fato, “era um saque: um artifício simples e engenhoso para transferir valores para o *Reich*, sem publicidade nem complicações burocráticas, sem transportes especiais nem temores de furtos *enroute*: com efeito, na chegada tudo era seqüestrado” (Levi, 2004c, p.94).

Um novo estágio desse processo ímpar de degradação do humano se iniciava ali, no trem mesmo, nesse veículo-símbolo da era industrial que fora transmutado para funcionar como prisão ambulante e instrumento de morte por esgotamento. Todos os campos possuíam linhas ferroviárias, fazia parte do sistema nazista de morte. E é bastante sintomático o fato de que não existe narrativa ou testemunho de sobreviventes onde não surja como elemento importante, de um lado, o trem blindado, lotado e sujo, de outro, a penosa viagem. Parece haver, ademais, um cálculo grosseiro no número de indivíduos que eram lançados nesses vagões: “entre cinqüenta e cento e vinte, segundo a distância da viagem e o nível hierárquico que o sistema nazista atribuía ao ‘material humano’ transportado” (ibidem, p.93). Como recorda Primo Levi (1988, p.15), os trens eram compostos basicamente de vagões de carga trancados por fora, cujo interior estava apinhado de “homens, mulheres e crianças

socados sem piedade, como mercadoria barata, a caminho do nada, morro abaixo, para o fundo”. Mas que fundo é esse a que se refere Primo Levi?

3. *LASCIATE OGNI SPERANZA VOI CH'ENTRATE NO*

LABORATÓRIO SOCIAL DE AUSCHWITZ

Não é necessário grande esforço teórico para notar que a própria deportação já se constitui um processo de desumanização no sentido mais imediato do termo: sofrimentos físicos, como maus tratos, torturas, desnutrição, sede e privações higiênicas; e sofrimentos psíquicos, começando pelo exílio e continuando com as mais diversas humilhações públicas, os bens confiscados, a segregação absoluta com o resto do mundo, a desinformação quanto ao destino final e o dilaceramento dos laços familiares, inclusive com os filhos pequenos. Era um processo inflexível de rebaixamento. Até evacuar havia se tornado um ato angustiante, sobretudo para os mais idosos, pois deveria ser feito em público e em condições difíceis: “um trauma para o qual nossa civilização não nos prepara, uma ferida profunda infligida à dignidade humana, um atentado obscuro e cheio de presságio; mas também o sinal de uma malignidade deliberada e gratuita” (Levi, 2004c, p.96).

Quanto a essa cena de escárnio evidente, Levi nos informa ainda que os SS (*Schutzstaffel*, a organização paramilitar ligada ao Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) não escondiam sua diversão quando estavam diante de homens e mulheres agachando-se no meio dos trilhos, nas rápidas paradas do comboio, para cuidar de suas necessidades. Entre risadas e insultos, os soldados alemães “exprimiam abertamente seu desgosto: gente como essa merece seu destino, basta ver como se comportam. Não são *Menschen*, seres humanos, mas animais, porcos” (ibidem, p.96).

As injúrias, as dor, as doenças e a morte eram presenças constantes; mas eram também contraditórias, porque foram esses mesmos sofrimentos, somados ao abandono, à carência, às pancadas, à falta de sono e ao frio dilacerante, que, durante a viagem – e também depois dela, já no *Lager* –, impediram aos deportados de mergulharem “no vazio de um desespero sem fim. Foi isso. Não a vontade de viver, nem uma resignação consciente: dela poucos homens são capazes, e nós éramos apenas exemplares comuns da espécie humana” (Levi, 1988, p.15). O autor nos leva a ponderar, com isso, que o próprio suicídio lhes fora negado, pois se tratava de um ato reflexivo, próprio do homem e não do animal, uma ação meditada, elegida. Já não se era vivo o bastante para ter a força de acabar com a própria vida.

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes, perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. Ficará claro, então,

o duplo significado da expressão “campo de extermínio”, bem como o que desejo expressar quando digo: chegar ao fundo (ibidem, p.25).

Um ser rebaixado à sua estrutura biológica e animal mais elementar está paralisado, absolutamente, e já não passa de um “verme oco e sem alma”. Sua vulnerabilidade reduziu a vida a uma competição incessante pela mera sobrevivência. Não se tratou apenas de exterminar indivíduos e degradar suas identidades pessoais, mas da experiência mesma da eliminação “da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana em uma simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são” (Arendt, 1989, p.488-489). Perderam-se os qualificativos subjetivos e políticos que a modernidade um dia edificara, portanto: seres humanos deixaram de ser cidadãos, indivíduos e homens, progressivamente. Destruir o homem, jurídica e moralmente falando, é, na verdade, como bem sustentou novamente Hannah Arendt (ibidem, p.506), “destruir a espontaneidade, a capacidade do homem de iniciar algo novo com os seus próprios recursos [...]. Morta a individualidade, nada resta senão horríveis marionetes com rostos de homem”.

Era assim, de forma precária, vazia, envergonhada que esses frágeis exemplares da espécie humana chegavam ao complexo de Auschwitz. Levi confirma que, entre seus colegas de vagão, de quarenta e cinco pessoas, apenas quatro tornaram a ver as suas famílias e casas – e acrescenta que seu vagão foi, de longe, o mais afortunado. Como carga vil, destituída de valor, aos olhos nazistas não importava se morressem no trem, no desembarque, fuzilados a caminho do campo, no trabalho fatigante, nas câmaras de gás ou nos fornos crematórios.

É de se notar que o tom de relato angustiantemente descritivo de *Se questo è un uomo*, comum às autobiografias dos sobreviventes, ora e outra, toma um caráter mais reflexivo. Não são poucas as vezes que o escritor envereda por esse caminho, principalmente quando conjetura acerca do sofrimento dos concentracionários, da morte cotidianamente à espreita ou, ainda, da estrutura social peculiar do campo. Sobre a chegada do trem em Auschwitz, por exemplo, e diante das humilhações que se seguiram ao momento do desembarque ferroviário, Levi (1988, p.18) assevera:

Em dez minutos todos nós, homens válidos, fomos reunidos num grupo. O que aconteceu com os demais, mulheres, crianças, velhos, nunca pudemos descobrir, nem na época, nem depois. Foram, simplesmente, tragados pela noite. Hoje, porém, sabemos muito bem que, nessa escolha rápida e sumária, tinha-se julgado, para cada um de nós, se poderia ou não trabalhar de maneira útil para o *Reich*; sabemos que nos campos de Buna-Monowitz e Birkenau só entraram noventa e seis homens e vinte e nove mulheres do nosso trem, e que de todos os restantes (mais de quinhentos) nenhum vivia mais dois dias depois. Também sabemos que nem sempre foi seguido esse critério, ainda que tênue, de discriminação entre hábeis e inhábeis e que, mais tarde, frequentemente adotou-se o sistema de abrir simultaneamente as portas dos dois lados dos vagões, sem aviso algum, nem instruções, aos recém-chegados. Entravam no campo os que, casualmente, tinham descido por um lado “certo”; os do outro lado iam para a câmara de gás.

Diante disso, não é de se estranhar que a primeira impressão que se segue à chegada dos prisioneiros a Auschwitz seja a do inferno. O escritor alude a um “laboratório social infernal”, onde os prisioneiros, centenas de milhares de pessoas de todas as classes e países da Europa, representavam uma amostragem média e não selecionada de humanidade que fora bruscamente lançada em um ambiente infernal e inumano. É digno de nota aqui que Primo Levi, químico de vasta cultura humanística, faça uso frequente de metáforas clássicas em suas narrativas.

O escritor se refere amiúde à zona interna aos arames farpados como se tratasse de um imenso inferno, pensando muito provavelmente no cenário da *Divina Commedia*⁵, de Dante Alighieri. Já na entrada de Auschwitz, como é hoje de amplo conhecimento, depara-se com uma grande mensagem jocosa de boas vindas: *Arbeit Macht Frei*, isto é, “o trabalha liberta”. Essa mensagem repete com cruel ironia, para o autor italiano, o famoso “Lasciate ogni speranza voi ch’entrate”, do *Inferno* de Dante. A viagem ao *Lager* é a viagem até o fundo, inclusive até o fundo do homem, ao seu “inferno indecifrável”. Na equação arendtiana, o inferno não surge como metáfora que indica só o sofrimento físico e a crueldade infligida ao corpo, mas antes a mais ampla agonia perpetuada em um sofrimento físico e simbólico sem fim: “no sentido mais literal, é representado por aquele tipo de campos que os nazistas aperfeiçoaram e onde toda a vida era organizada, completa e sistematicamente, de modo a causar o maior tormento possível” (Arendt, 1989, p.496).

Nos parágrafos que se sucedem à chegada ao complexo concentracionário, agora já no interior do campo, as ordens berradas, os bofetões e o pragmatismo infame começam a impor a “lógica infernal” de Auschwitz, e que seguirá o dia a dia dos *Häftlinge* dali para frente: “o inferno deve ser assim”, acrescenta Primo Levi (1988, p.20), “uma sala grande e vazia, e nós, cansados, de pé, diante de uma torneira gotejante, mas que não tem água potável, esperando algo certamente terrível [...]; é como se estivéssemos mortos. [...] O tempo passa, gota a gota”. E na sala de espera, duvidosos quanto a seu destino nos próximos minutos, Levi narra três momentos de desumanização sistemática, como se eles constituíssem, juntos, ritos de passagem cerimonialmente instituídos.

⁵ Sobre essa e outras alusões ao universo dantesco, ver o ensaio de Segre (1997) que, aliás, encerra também a edição italiana de *Se questo è un uomo* de 2005. Aqui, aderimos à metáfora do “inferno” para, eventualmente, em especial neste capítulo, referir-nos ao *Lager*, muito influenciados talvez pelas aproximações feitas por Hannah Arendt (1989). Primo Levi (1988, p.114-116) narra um episódio marcante e que explicita ainda mais a relevância da cultura humanista, sobretudo de Dante, em sua formação intelectual e cultural e em seu repertório moral. O episódio é contracenado com o francês Pikolo, ou Jean Samuel (2002) – que, futuramente, irá organizar com Walter Geerts uma obra sobre o escritor-testemunha, *Primo Levi: le double lien* –, durante uma aula de italiano em Auschwitz: “O canto de Ulisses. Quem sabe como e por que me veio à memória, mas não temos tempo para escolher, esta hora já não é mais uma hora. Se Jean é inteligente, vai compreender. Vai: hoje me sinto capaz disso. Quem é Dante? Que é a Divina Comédia? Que sensação estranha, nova, a gente experimenta ao tentar esclarecer, em poucas palavras, o que é a Divina Comédia. Como está organizado o Inferno. O que é o ‘contrapeso’, que liga a pena à culpa. Virgílio é a razão. Beatriz a Teologia. Jean ouve atento. Eu começo, lento, cuidadoso: *Lo maggior corno della fiamma antica / Cominciò a crollarsi mormorando, / Pur come quella cui vento affatica. / Indi, la cima in qu e in là menando, / Come fosse la lingua che parlasse, / Mise fuori la voce edisse: Quando... [...]* Cuidado, Pikolo, abre os ouvidos e a mente, eu preciso que compreendas: *Considerate la vostra semenza: / Fatti non foste a viver come bruti, / ma per seguir virtute e conoscenza*. É como se eu também ouvisse isso pela primeira vez: como um toque da alvorada, como a voz de Deus. Por um momento, esqueci quem sou e aonde estou. Pikolo me pede para repetir esses versos. Como ele é bom: compreendeu que está me ajudando. Ou talvez seja algo mais: talvez (apesar da tradução pobre e do comentário banal e apressado) tenha recebido a mensagem, percebido que se refere a ele também, refere-se a todos os homens que sofrem e, especialmente, a nós: a nós dois, nós que ousamos discutir sobre estas coisas, enquanto levamos nos ombros as alças do rancho”.

No primeiro ato, em meio ao frio intenso do inverno polonês, o desnudamento e a vergonha: “Eu nunca tinha visto velhos nus. [...] A porta dá para fora, entra um vento gelado, estamos nus, cobrindo o ventre com os braços. Um golpe de vento bate a porta; o alemão torna a abri-la, fica olhando, absorto, como nos contorcemos uns detrás dos outros para abrigar-nos” (ibidem, p.21). No segundo, a raspagem dos cabelos e a ofensa da padronização fisionômica dos presos: “Quatro homens entram bruscamente com pincéis, navalhas e tesouras para tosquia. [...] Fazemos perguntas e mais perguntas; eles simplesmente nos agarram, e num instante estamos barbeados e tosquiados. Com que caras ridículas ficamos sem cabelos!” (ibidem, p.21). E, por último, na sala seguinte, completamente nus, tosquiados, cansados e com os pés descalços e doloridos na água gelada, os prisioneiros entram no recinto das duchas, tão temerosos como antes. Aqui, novamente, a morte quase certa os aflige. Entretanto, logo pensam que os alemães tiveram o trabalho de raspar seus cabelos: “Quer dizer que vamos tomar banho [...]; quer dizer que não nos vão matar – ainda. Por que, então, nos deixam aqui de pé e não nos dão de beber e ninguém nos explica nada; e por que estamos sem sapatos, sem roupa, com os pés na água, e faz frio, e há cinco dias que viajamos e nem podemos sentar?” (ibidem, p.22).

Depois do banho – cinco minutos sublimes devido à quentura da água que sai forte das duchas –, à força de mais gritos e brutalidade, lhes são fornecidos uniformes, sapatos e, finalmente, a autorização para vestirem-se. Ao terminar a tarefa, às pressas, sob a sentinela sempre constante de olhos alemães desdenhosos, porém atentos, “cada qual fica em seu canto, sem ousar levantar o olhar para os demais. Não há espelhos, mas a nossa imagem está aí na nossa frente, refletida em cem rostos pálidos, em cem bonecos sórdidos e miseráveis. Estamos transformados em fantasmas” (ibidem, p.24). O rosto de cada um era uma circunferência. No *Lager*, sempre se entrava nu; na verdade, Primo Levi (2004c, p.98) acrescenta que ali se entrava mais do que nu, “privado não só das roupas e dos sapatos (que eram confiscados), mas dos cabelos e de todos os outros pêlos [...]; a raspagem era total e semanal, e a nudez pública e coletiva era uma condição recorrente, típica e cheia de significado”. A ofensa ao pudor representava então um dos alicerces do sofrimento no campo.

A próxima etapa é talvez a que tenha mais intimamente marcado os sobreviventes, não só pelo destaque corporal de estigma, impossível de se esconder dos próprios olhos e da curiosidade alheia, mas também pela lembrança traumática dessa adversa cerimônia de iniciação à macabra ciência dos números de Auschwitz: a tatuagem. Por isso, acredito que seja interessante uma atenção redobrada sobre esse evento. Primo Michele Levi, seu nome próprio de nascimento, nesse momento, cessa de existir como elemento designador de uma identidade singular dentro daquele universo. Sua identificação, agora, passa a ser feita por algarismos. E seu número de batismo no complexo concentracionário é 174.517, a marca cicatrizada que, para sempre, levará consigo, assinalada em sua memória e em seu corpo.

A operação foi pouco dolorosa e extraordinariamente rápida: colocaram-nos numa fila e, um por um, conforme a ordem alfabética dos nossos nomes, passamos por um hábil funcionário, munido de uma espécie de punção com uma agulha minúscula. Ao que parece, esta é a verdadeira iniciação: só “mostrando o número” recebe-se o pão e a sopa. Necessitamos de vários dias e de muitos socos e bofetadas, até criarmos o hábito de mostrar prontamente o número, de modo a

não atrapalhar as cotidianas operações de distribuição de víveres; necessitamos de semanas e meses para acostumar-nos ao som do número em alemão. E durante muitos dias, quando o hábito da vida em liberdade me levava a olhar a hora no relógio, no pulso aparecia-me, ironicamente, meu novo nome, esse número tatuado em marcas azuladas sob a pele (Levi, 1988, p.25-26).

A partir de 1942, em Auschwitz e nos *Lager* subordinados, o controle dos prisioneiros não era mais feito com a costura de seus respectivos números nos uniformes, mas tatuado no antebraço esquerdo. Os homens, na parte externa; as mulheres, na interna. A operação era traumática, mas sua simbologia ia muito mais além, pois carregava o seguinte significado: “este é um sinal indelével, daqui não sairão mais; esta é a marca que se imprime nos escravos e nos animais destinados ao matadouro, e vocês se tornaram isso. Vocês não têm mais nome: este é seu nome” (Levi, 2004c, p.103). E segue dizendo, agora em outro momento: “*Häftling*, aprendi que sou um *Häftling*. Meu nome é 174.517; fomos batizados, levaremos até a morte essa marca tatuada no braço esquerdo” (Levi, 1988, p.25). O escritor insere tal intervenção em seu testemunho, aliás, como sendo uma das grandes violências inúteis e gratuitas dos campos, uma ofensa não só ao corpo, tão material e suscetível por natureza, mas à humanidade mesma dos grupos estigmatizados. Como animais de carga, finalmente, eles estavam catalogados e inseridos dentro de um sistema gerenciável.

Os números tatuados nos antebraços dos presos, dentro da estrutura social e política do campo, serviam, ainda, para dividir os variados estereótipos que foram se criando e, por conseguinte, para definir futuras sociabilidades internas. Por exemplo, aos mais velhos do campo, o número revelava tudo:

[...] a época de entrada, o comboio com o qual se chegou e, conseqüentemente, a nacionalidade. Todos tratarão com respeito os números entre 30.000 e 80.000: sobram apenas algumas centenas, assinalam os poucos sobreviventes dos guetos poloneses. Convém abrir bem os olhos ao entrar-se em relações comerciais com um 116.000 ou 117.000: já devem estar reduzidos a uns quarenta, mas trata-se dos gregos de Tessalônica, não devemos deixar-nos enrolar. Quanto aos números mais altos, carregam uma nota de leve ironia, como acontece para os termos “novato” ou “calouro” na vida normal. O grande número típico é um sujeito barrigudo, dócil e burro, ao qual se pode fazer acreditar que na enfermaria distribuem sapatos de couro para pés delicados, convencê-lo a correr lá, deixando a sua gamela de sopa “aos nossos cuidados”; pode-se vender-lhe uma colher por três rações de pão; pode-se mandá-lo até o mais feroz dos *Kapos* para perguntar (aconteceu comigo!) se é verdade que o seu Comando é o *Kartoffelschäl Kommando*, o Comando-de-descascar-Batatas, e se é possível alistar-se nele (ibidem, p.26).

Aliás, sobre esse tema, a própria hostilidade ao ingressante, ao “novato” (*Zugang*, no jargão do campo), era substancialmente motivada, assim como todas as outras intolerâncias e violências perpetradas horizontalmente, pela tentativa, muitas vezes inconsciente, de consolidar um “nós” à custa dos “outros”.

De fato, aniquilar a identidade dos prisioneiros, profanando seus rostos e desfigurando seus já esqueléticos corpos, não bastava para o sistema nazista. Era necessária, ainda, a privação do nome – disso que se tem de mais individual na vida – e sua consequente substituição por um número qualquer, bem como a imposição de uma rubrica de tipologia específica que ordenava o já burocrático universo nazista: o triângulo vermelho marcado por um “F” era destinado aos prisioneiros políticos, o triângulo verde ao prisioneiro comum, os amarelos aos judeus, e assim por diante⁶. Os concentracionários eram divididos por três categorias em geral: os criminosos, os políticos e os judeus. Em suas palavras: “Todos vestem roupa listrada, todos são *Häftlinge*, mas os criminosos levam, ao lado do número, costurado no casaco, um triângulo verde; os políticos, um triângulo vermelho; os judeus, que formam a grande maioria, levam a Estrela de David, vermelha e amarela” (ibidem, p.31).

Ao fim desse espetáculo bizarro de afronta à dignidade e ao corpo humano, Levi nos dá alguns dados informativos sobre a geografia do local – e, aqui, o tom da narrativa, novamente, oscila entre juízos analíticos e descrições mais objetivas, oscilação típica da estética do químico-escritor. O palco desses eventos se chama Monowitz, e fica vizinho a Auschwitz, na Alta Silésia. Trata-se de um “campo de trabalho (em alemão, chama-se *Arbeitslager*); todos os prisioneiros, uns dez mil, trabalham na instalação de uma fábrica de borracha de nome Buna; o campo, portanto, também se chama Buna” (ibidem, p.23). *Buna-Werke* era um complexo fabril de produtos químicos da IG *Farben*, responsável pela produção de borracha sintética, que se situava em Monowitz⁷. Ora, como se sabe, os *Lager* eram os campos de concentração e extermínio dentre os quais Auschwitz aparece como modelo mais amplamente conhecido. Pela definição de Levi (2004c, p.11), eram, primeiro, grandes “centros de terror político”, que depois se tornaram “fábricas de morte” com “ilimitado reservatório de mão-de-obra escrava sempre renovada”. O sistema de campos de Auschwitz era formado por outros subcampos. Buna-Monowitz (*Lager-Buna*), ou Auschwitz III, era um dos três grandes campos desse complexo concentracionário e industrial de morte. Os campos serviam, além do mais, como laboratórios sociais nos quais era demonstrado que, em um governo total, “tudo é permitido”, “tudo é possível”, conforme equação arendtiana. Auschwitz, “era um laboratório cruel em que se podia assistir a situações e comportamentos nunca antes vistos antes nem depois, nem em outra parte” (ibidem, p.83).

Confirmando tal afirmativa, Mark Mazower (2001) destaca que os *Lager* nazistas faziam parte de um “grande universo de campos de concentração”, onde a SS controlava

⁶ E continua: o triângulo azul era destinado aos imigrantes; o preto aos alemães “arianos” casados com judias ou aos militantes tidos como “antissociais”; o roxo aos presos de seitas religiosas não toleradas pelo regime de exceção, como os membros da Testemunha de Jeová; o castanho, aos ciganos; e o rosa, aos homossexuais. Sobre isso, ver o trabalho de Sessi (2002), um dos estudos pioneiros sobre os grupos perseguidos pelo regime nazista.

⁷ Primo Levi (2004a) dedica um texto poético de sua coletânea *Ad ora incerta* à essa fábrica-*Lager* chamada *Buna-Werke*. A poesia leva o nome do campo, *La Buna*: “Piedi piegati e terra maledetta / Lunga schiera nei grigi mattini. / Fuma la Buna dai mille camini, / Un giorno come ogni giorno ci aspetta. / Terribili nell'alba le sirene: / “Voi moltitudine dai visi spenti, / Sull'orrore monotono del fango / È nato un altro giorno di dolore”. / Compagno stanco ti vedo nel cuore, / Ti leggo gli occhi compagno dolente. / Hai dentro il petto freddo fame niente / Hai rotto dentro l'ultimo valore. / Compagno grigio fosti un uomo forte, / Una donna ti camminava al fianco. / Compagno vuoto che non hai più nome, / Uomo deserto che non hai più pianto, / Così povero che non hai più male, / Così stanco che non hai più spavento, / Uomo spento che fosti un uomo forte: / Se ancora ci trovassimo davanti / Lassù nel dolce mondo sotto il sole, / Con quale viso ci staremmo a fronte?”.

milhares de concentracionários, em uma rede que se espalhava por todo o continente europeu. Segundo o historiador britânico, havia na Europa mais de dez mil campos, incluindo, nessa cifra, oito campos de extermínio, vinte e dois campos de concentração principais (que, na verdade, devido à opressão do dia a dia, ao trabalho escravo e às péssimas condições a que eram submetidos os presos, equivaleriam a verdadeiros centros de extermínio), e mais de mil e duzentas ramificações consideradas “secundárias” – isto é, cerca de quatrocentos guetos, vinte e nove asilos psiquiátricos e dezenas de orfanatos onde os internos eram freqüentemente assassinados. Além desses, em territórios orientais já ocupados por Hitler institucionalizou-se a matança deliberada em 26 “campos de triagem” e em muitos outros “depósitos” de prisioneiros de guerra, oponentes políticos, trabalhadores civis, ciganos capturados etc.

Era sintomático, portanto, o potencial destrutivo desses laboratórios de morte. Desde o início da chamada “solução final” (*Endlösung*) – em Chelmo, em 1941, com os primeiros caminhões a gás (que matavam pela inalação de óxido de carbono), até as câmaras de gás entupidas de *Zyklon B*, a partir de 1942, sobretudo em Belzec, Sobibor, Treblinka, Majdanek, Auschwitz –, as técnicas de assassinio coletivo passaram por “avanços” bastante significativos (Sémelin, 2009). Em geral, a destruição e o genocídio combinaram diversos métodos de execução, desde a autonomização da morte até o massacre cínico, de modo que o corpo político-institucional dos campos funcionava com um desmesurado projeto de engenharia humana, de modificação antropológica e genética social coletiva (Bodei, 2000).

Os *Kapos*, os prisioneiros-funcionários dos campos, estavam liberados para cometer aos presos, sobretudo judeus e ciganos, as piores atrocidades: “até o fim do ano de 1943, não era raro que um prisioneiro fosse assassinado a pancadas por um *Kapo*, sem que este tivesse de temer qualquer sanção. Só mais tarde, quando a carência de mão de obra se tornou mais aguda, é que se introduziram algumas limitações” (Levi, 2004c, p.39-40). Nesse período, como bem lembra Primo Levi (1988, p.7), “o governo alemão, em vista da crescente escassez de mão de obra, resolveu prolongar a vida média dos prisioneiros a serem eliminados”. A agonia oriunda do trabalho forçado e da violência era, portanto, o elemento chave da desumanização no interior do campo, que comportava o máximo de tormento possível, o mais alto esbanjamento de sofrimento físico e simbólico.

Ora, “o ‘inimigo’ não devia apenas morrer, mas morrer no tormento”, afirmava Levi (2004c, p.104). E como nota Elias Canetti (1983, p.252) em seu *Massa e poder*, já naturalmente o corpo humano é o símbolo da vulnerabilidade, pois ele está sempre nu e exposto: “em sua maciez, ele está sujeito a todos os tipos de golpes inesperados”. O corpo do *Häftling*, inerme e sem defesa, se achava em condição de passividade absoluta, substancialmente inerme. A violência sobre ele era unilateral, já que não havia simetria, paridade, tampouco reciprocidade. Era uma violência despersonalizadora. Isso também ficava muito evidente tanto na estrutura interna dos alojamentos quanto na topografia do campo. Nos dormitórios, locais que deveriam servir em teoria para o descanso do corpo depois da rotina alucinante de trabalhos forçados, só havia beliches apertados e precários: “cento e quarenta e oito beliches de três camas cada um, encaixadinhos um ao outro como células de colméias [...]. Aqui vivem os *Häftlinge*, em número de duzentos a duzentos e cinquenta por Bloco; na maioria dos casos, portanto, dois para cada cama” (Levi, 1988, p.30).

Segundo seu relato, o campo era construído em forma de um quadrado de mais ou menos seiscentos metros de lado, fechado com duas cercas de arame farpado – sendo que uma, a interna, estava constantemente ligada à corrente elétrica. Para elucidar melhor a geografia do *Lager*, Levi (ibidem, p.29-30) apresenta ainda alguns dados importantes:

Consta de sessenta barracos de madeira, aqui chamados Blocos; destes, uma dezena ainda está em construção. Além dos Blocos, o conjunto, em material, das cozinhas; uma granja experimental, cuidada por um grupo de *Häftlinge* privilegiados; os barracos das duchas e das latrinas, um para cada seis ou sete Blocos. E mais, alguns Blocos destinados a finalidades especiais: antes de tudo, um conjunto de oito, na extremidade leste do Campo, constitui a enfermaria e o ambulatório; há, logo, o Bloco 24, o *Krätzblock*, para os sarnentos; o Bloco 7, no qual nunca entrou nenhum *Häftling* comum, reservado à *Proeminenz*, ou seja, à aristocracia, aos prisioneiros incumbidos de funções superiores; o Bloco 47, para os *Reichsdeutsche* (os arianos alemães, políticos ou criminosos); o Bloco 49, só para *Kapos*; o Bloco 12, metade do qual funciona como cantina, para os *Reichsdeutsche* e os *Kapos*, ou seja, para a distribuição de tabaco, pó inseticida e, ocasionalmente, outros artigos; o Bloco 37, contendo o Escritório Central e a Chefia do trabalho, e, por fim, o Bloco 29, que fica sempre com as janelas fechadas, porque é o *Frauenblok*, o Bloco das Mulheres, o prostíbulo do Campo, servido por moças *Häftlinge* polonesas e reservado aos *Reichsdeutsche*.

Veja ou outra, o escritor faz referência à hoje famosa expressão “universo concentracionário”, cunhada originalmente, em 1946, pelo também sobrevivente-escritor David Rousset (1965), para fazer referência a Auschwitz. No entanto, em *I sommersi e i salvati*, Levi faz a ressalva de que mesmo constituindo-se como um sistema extenso e muito autônomo, com lógica própria e regras bem definidas em seu complexo funcionamento, o campo estava fortemente entrelaçado com a vida cotidiana do país; portanto, não se tratava de um universo fechado em absoluto, como se pode imediatamente pensar. Ali atuavam sociedades industriais grandes e pequenas que obtinham lucro com a mão de obra escrava fornecida pelo *Lager*. “Algumas exploravam os prisioneiros sem piedade, aceitando o princípio desumano (e também estúpido) dos SS, segundo o qual um prisioneiro valia por outro e, se morresse de cansaço, podia ser imediatamente substituído” (Levi, 2004c, p.13).

O campo é o local onde, mediante um *know-how* técnico e político bastante moderno, concretizou-se a mais absoluta condição inumana já vista: primeiro, porque ele “é o produto de uma concepção de mundo levada às últimas conseqüências com uma lógica rigorosa” (Levi, 1988, p.7), e, segundo, porque ali se encontram instituições variadas, como sociedades industriais, empresas agrícolas, fábricas. Mesmo “os diversos fornos crematórios haviam sido projetados, construídos, montados e testados por uma empresa alemã, a *Topf de Wiesbaden*”, em atividade até 1975, criando fornos e utensílios para o uso civil sem modificar sua “razão social”, ressalva Levi (2004c, p.13). Um pouco mais adiante, na mesma obra, ele corrobora os dados expostos há pouco com a seguinte assertiva: “jamais tantas vidas humanas foram eliminadas em um tempo tão breve e com tão lúcida combinação de engenho tecnológico, fanatismo e crueldade” (ibidem, p.17).

Ele acredita que o massacre pôde ser deflagrado – e, depois, ser alimentado de si mesmo – graças à combinação de fatores não muito numerosos, como o estado de guerra na Europa, o perfeccionismo tecnológico e organizativo alemão, o carisma de Hitler e sua aceitação por boa parte da opinião pública, e a ausência na Alemanha de raízes democráticas. Esses fatores combinados foram indispensáveis para a criação e disseminação dos *Lager*, que constituía um microcosmo da sociedade totalitária: “o campo é apenas o gênero de existência que nos foi atribuído, sem limites de tempo, dentro da estrutura social alemã” (Levi, 1988, p.84).

Os primeiros dias nesse microcosmo de desumanização e ofensa foram, de fato, os mais terríveis. Em todos os *Häftlinge*, não importava sua origem cultural, língua materna ou força física, tampouco a capacidade de adaptação ao meio insólito, o choque traumático era unânime. Como relembra Levi (1997, p.66), em uma entrevista concedida a Germaine Greer, datada de novembro de 1985, quase todas as pessoas que morreram no *Lager* sucumbiram, na verdade, nessa primeira fase, no período de adaptação, ou seja, nos primeiros quinze ou vinte dias de confinamento, no período de estranhamento no qual eram recebidas, ainda com assombro e bastante despreparo, as primeiras ameaças, os insultos de “boas vindas”, as pancadas que não vinham somente dos SS, mas também dos “colegas” de infortúnio que vestiam o ultrajante uniforme listrado e carregavam o mesmo estigma da tatuagem indelevelmente marcado no corpo.

Então, a maior parte dos prisioneiros morrera, em um primeiro momento, obviamente, devido à fome, ao frio, ao cansaço e às doenças. Porém, a partir de um exame mais atento, Levi conjectura que outra boa parte deles, sobretudo se tratando dos que não conheciam o alemão e o polonês – e isso incluía a esmagadora maioria dos italianos –, morrera por “insuficiência de informação”. Se tivessem tido pelo menos a oportunidade de comunicar-se com os companheiros e com as pessoas mais antigas ali do campo, com os “veteranos”, talvez teriam se orientado um pouco melhor: pelo menos, aprenderiam, antes de tudo, “a obter roupas, sapatos, comida ilegal; a evitar o trabalho mais duro e os encontros, muitas vezes mortais, com os SS; a cuidar sem erros fatais das doenças inevitáveis” (Levi, 2004c, p.81).

Seu relato sobre situações-limites como essas ajuda a perceber o estranhamento frente ao qual se deparou o prisioneiro recém-chegado ao inferno de Auschwitz, onde a morte era “trivial, burocrática e cotidiana”, onde não se tinha nem ao menos o “conforto do pranto”, e onde, diante da morte sempre à espreita, ou seja, da morte tornada hábito, “o limite entre cultura e incultura desaparecia” (ibidem, p.126), haja vista que, “ao redor de nós, tudo era destruição e morte” (Levi, 1988, p.170). O regime dos campos era um sistema de violência absoluta sobre o corpo e a psique do indivíduo inerme, cuja função era a fabricação sistemática de uma forma pervertida do ser humano. Restava dessa condição extrema uma vítima vulnerável, cuja dignidade havia se degenerado na sua própria caricatura. Sobretudo por isso, pela tentativa metódica de demolição do homem como parte do princípio fundamental da política nazista, que o sistema concentracionário segue sendo, ainda, um *unicum* na história das catástrofes e evento traumático por excelência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE OS RESTOS

Muito se conhece sobre a história do regime nazista, do fenômeno da deportação e dos campos de concentração e extermínio. Mas pouco se sabe, ainda hoje, sobre o cotidiano no interior dos *Lager*, a atmosfera respirada pelos prisioneiros, a topografia a partir do ponto de vista sofrido deles, a sociabilidade e os tipos humanos ali dispostos, o cotidiano das agressões. Primo Levi buscou registrar tudo isso de maneira sistemática e com rigor analítico, mediante um olhar atento da natureza humana em situações extremas. Norberto Bobbio (1984), em um artigo tocante sobre Levi, argumenta que quem se colocou diante de seus livros autobiográficos e testemunhais deve a ele muitas lições para a difícil tarefa do viver e sobreviver. Se não tivesse existido um livro tão antropológico como *Se questo è un uomo*, pergunta o politólogo, teríamos compreendido até o fundo – no significado forte da palavra “compreender” –, até a essência das coisas, o sentido da incrível e ainda hoje inimaginável máquina de extermínio que foram os *Lager* nazistas?

De fato, embora tenha se definido uma vez como “sociólogo amador” (Levi, 1997, p.278), o autor nunca chegou a falar de um exercício antropológico para referir-se ao seu trabalho de sobrevivente-narrador⁸. Mesmo assim, acredito que seus textos de teor mais testemunhal possuem algo próprio ao ofício de antropólogo cultural, uma curiosidade e um interesse muito grande pelo homem, pela cultura humana e seus significados e variações quando diante de situações específicas:

Fechem-se entre cercas de arame farpado milhares de indivíduos, diferentes quanto à idade, condição, origem, língua, cultura e hábitos, e ali submetam-nos a uma rotina constante, controlada, idêntica para todos e aquém de todas as necessidades; nenhum pesquisador poderia estabelecer um sistema mais rígido para verificar o que é congênito e o que é adquirido no comportamento do animal-homem frente à luta pela vida (Levi, 1988, p.88).

Gostaria de sugerir que o escritor buscou, a todo instante, falar somente de coisas vividas e lembradas, sempre mantendo o olhar analítico que nunca se dobra ao imediatismo do horror e/ou à vitimização radical. Foi esse seu modo de driblar as dificuldades inerentes à narração do trauma e contribuir com o nosso repertório de conhecimento sobre o assunto.

No apêndice da edição italiana de *Se questo è un uomo*, por exemplo, escrito em 1976 para responder às questões que lhe eram dirigidas, Levi (2005, p.166) dizia que, em vez do julgamento de vítimas e carrascos, preferia o testemunho sóbrio: “eu devo testemunhar sobre as coisas que eu sofri e vi. Meus livros não são livros de história: no ato de escrever, limito-me rigorosamente a relatar os fatos dos quais tive experiência direta”. Assim, lograva construir um quadro mais complexo do campo que não se resumia a uma série de fatos isolados. Falou da sua própria experiência, é claro, mas também falou e refletiu sobre situações que viu de perto, sempre a partir de uma proximidade – quer dizer, como vítima direta e testemunha ocular. E assim o fez servindo-se de um universo referencial bastante peculiar,

⁸ Mas é sintomático dessa condição ele ter traduzido obras de Mary Douglas e Lévi-Strauss.

elencando como elemento decisivo de seu procedimento narrativo uma ambiguidade estilística entre a fidelidade com suas experiências traumáticas e o compromisso ético com os leitores. Para ele, o escritor nunca deveria escrever de forma escura e carregada: um escrito possui tanto mais valor e esperança de perenidade quanto melhor ele é compreendido e quanto menos ele se presta às interpretações equivocadas.

Portanto, ler seu testemunho é apreender a conexão fundamental, embora quase sempre problemática, entre memória e trauma, principalmente, tendo em conta que para a vítima a violência do evento traumático torna difícil a elaboração da memória, individual e social, e, logo, atrapalha o trabalho do testemunho. É fato que a catástrofe dificulta e, muitas vezes, até impede sua representação e difusão – por definição, ela própria é um evento que provoca o trauma. Todavia, a questão aqui não me parece estar relacionada aos limites da memória, mas talvez da própria linguagem humana diante do horror, à condição de inadequação das palavras ordinárias para expressar e transmitir tudo aquilo de inaudito que se testemunhou.

Vecchi (2012) avalia que, em virtude das aporias constitutivas do testemunho do trauma, entre o “infinito do massacre” e o “finito da escrita do massacre”, sempre haverá um resto irreduzível que resiste à representação. Uma das intenções do testemunho seria, assim, capturar os vestígios, falar do irrepresentável de maneira a elaborar o “mínimo de linguagem que permite a sobrevivência” (Levi, 1997, p.215), enfim, trabalhar o que se acha na lacuna conflituosa entre dizível e indizível. A escrita de Levi, ao mesmo tempo violenta e paradoxal, é, para usar outra equação de Vecchi (2012, p.252), um escudo lúcido, uma égide que nos permite encarar e entender “o olhar da Medusa, o infinito do horror, e não ficar petrificado perante o massacre”. Entender a barbárie não é conhecer o holocausto em sua totalidade, mas obter novas percepções sobre o que significa não conseguir testemunhar o evento traumático em sua totalidade. Só assim será possível compreender as formas pelas quais o hiato é parte do funcionamento das escritas da violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGIER, Carole. *The Double Bond: Primo Levi*. London: Penguin, 2002.

ANISSIMOV, Myriam. *Primo Levi: a tragedy of an optimist*. NYC: Overlook, 1999.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras: 1989.

BELPOLITI, Marco. *Primo Levi*. Milão: Mondadori, 2010.

BOBBIO, Norberto. Testimonianza per Primo Levi. *La Stampa*, 3 giugno, 1984.

BODEI, Remo. *A filosofia do século XX*. Bauru: EDUSC, 2000.

CALVINO, Ítalo. Le quattro strade di Primo Levi. *La Repubblica*, Giugno, 1981.

_____. Un libro sui campi della morte. *L'Unità*, Torino, 6 Maggio 1948.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Melhoramentos, 1983.

FERRERO, E. *Primo Levi: la vita, le opere*. Turim: Einaudi, 2007.

_____. (Org.) *Primo Levi: un'antologia della critica*. Torino: Einaudi, 1997.

GEERTS, Walter; SAMUEL, Jean (Orgs.) *Primo Levi: le double lien. Science et Littérature*. Paris: Ramsay, 2002.

LEVI, Primo. *A tabela periódica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. *Ad ora incerta*. Milão: Garzanti, 2004a.

_____. *Conversazioni e interviste*. Torino: Einaudi, 1997.

_____. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. *La búsqueda de las raíces*. Barcelona: El Aleph, 2004b.

_____. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004c.

_____. *Se questo è un uomo*. Torino: Einaudi, 2005.

MAZOWER, Mark. *Continente sombrio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROUSSET, David. *L'univers concentrationnaire*. Paris: Les editions de minuit, 1965.

SEGRE, Cesare. "Lettura di 'Se questo è un uomo'". In: FERRERO, Ernesto (Org.) *Primo Levi: un'antologia della critica*. Torino: Einaudi, 1997.

SÉMELIN, Jacques. *Purificar e destruir*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

SESSI, Frediano. *Non Dimenticare L'Olocausto. Antisemitismo, deportazioni, lager, sterminio. Fatti, luoghi, protagonisti*. Milano: RCSLibri, 2002.

VECCHI, Roberto. "(Re)citando o extremo: o olhar da Medusa, o finito e o infinito do horror". In: SELIGMAN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot (Orgs.) *Escritas da Violência*. Vol. I. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.